

ATA N.º 23/2016**Data da reunião extraordinária: 31-10-2016****Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal****Início da reunião: 14:30 horas****Términus da reunião: 16:40 horas****A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.****Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:****Presidente:** Jorge Manuel Alves de Faria**Vereadores:**

Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim
Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha
Carlos Manuel Pires Rei Amaro
José David da Silva Ribeiro
Luís Filipe Dias Grácio (em substituição de Carlos Manuel Godinho Matias)
Tília dos Santos Nunes

Outras Pessoas:**Responsável pela elaboração da ata:****Nome:** Ana Gertrudes Marques Ramos**Cargo:** Assistente Técnica**Faltas justificadas:****Faltas por justificar:****Resumo diário da Tesouraria:****Operações Orçamentais:****Operações não Orçamentais:**

O Exmo. Presidente deu conhecimento da comunicação do Vereador Sr. Carlos Matias, a solicitar a substituição do cargo de Vereador entre os dias 30 de outubro e 1 de novembro, tendo sido substituído nesta reunião pelo membro seguinte na lista, Sr. Luis Filipe Dias Grácio. (MGD – 11405/16)

PONTO 1

11326/16 – ORÇAMENTO 2017 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O PERÍODO DE 2017-2020

- Presente o **“Orçamento para o ano de 2017 e as Grandes Opções do Plano para o período 2017-2020”** que contempla uma receita e despesa de igual valor no total de 18.291.355€ (Dezoito milhões, duzentos e noventa e um mil, trezentos e cinquenta e cinco euros), bem como o **“Regulamento do Orçamento”, “Mapa de Pessoal”** e **“Opção Gestionária”**, os quais se dão aqui como integralmente reproduzidos.

- O Exmo. Presidente, fez a seguinte intervenção:

O Exmo. Presidente fez um breve enquadramento do orçamento para 2017 referindo que mais uma vez, em linha com os anteriores, este é um documento realista.

O executivo reuniu com todos os partidos com assento na Assembleia Municipal para lhes apresentar a proposta do orçamento e ouvir as sugestões e/ou propostas que pudessem ainda ser incluídas neste documento.

O Sr. Presidente referiu que, mais uma vez, se verifica uma baixa de impostos, nomeadamente o IMI, e que as taxas e tarifas voltam a não prever qualquer aumento.

A redução do IMI para 0,35%, conforme aprovado na Câmara e na Assembleia Municipal, gera uma redução na receita da Autarquia de cerca de 81 000€, mas uma poupança idêntica para as famílias. Não obstante essa redução da receita, procuraremos continuar a investir na educação, no ambiente e na área social.

Temos ainda previsto um programa de investimento bastante ambicioso que, devido ao atraso no arranque do novo quadro comunitário, só agora começam a estar reunidas as condições para que possa avançar.

Este orçamento, em termos gerais, tem um valor de 18,3 milhões de euros. 12,7 na receita corrente e 5,6 na receita de capital.

Mais uma vez estamos a fazer um esforço, como tem acontecido nos últimos orçamentos, para que parte do investimento (despesa de capital) seja financiado por receitas correntes, em linha com as boas práticas de gestão financeira.

De realçar ainda que a despesa corrente será de 11,3 milhões de euros e engloba componentes imprescindíveis como a educação, o ambiente e a coesão social. Tem do lado do capital cerca de 7 milhões de euros, dos quais 5,5 milhões para fazer face a investimentos e 1,5 para pagamento da dívida, que apesar de ter sofrido uma redução substancial tem ainda um valor muito elevado.

No que respeita ao FAM (Fundo de Apoio Municipal), criado pelo anterior Governo e financiado em 50% pela administração central e noutros 50% pelos municípios, poderá existir uma boa notícia, de acordo com a informação prestada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, de que irá pedir a suspensão do pagamento da prestação de 2017. O Entroncamento foi obrigado a participar para este fundo com cerca de 490 mil euros, em 7 anos e com prestações de 70 000€ ano.

De referir ainda que os 7 milhões referidos contemplam: a remodelação e modernização do Cineteatro S. João (está a ser elaborado o projeto de arquitetura para permitir o lançamento da obra em 2017), a construção da ciclovia na freguesia de S. João Baptista (já foi feita a candidatura ao quadro comunitário), a recuperação do pavilhão da escola EB 2/3 Dr. Ruy d'Andrade (está para validação da candidatura por parte dos fundos comunitários), a requalificação dos espaços verdes (está em fase de adjudicação), a melhoria do desempenho energético do município (saiu durante o mês de outubro o aviso que permite a candidatura para este financiamento), a requalificação do bairro da Rua General Humberto Delgado (a aguardar decisão de financiamento), a reabilitação do mercado diário (está a ser desenvolvido o projeto de arquitetura), requalificação da Estrada da Barroca (em fase final de elaboração do projeto e será financiada a 100% pela autarquia) e apoio à qualificação das crianças e jovens do Concelho através do programa "Estudar na Cidade". Inclui ainda a ligação do Bonito à Atalaia, a melhoria dos espaços públicos do Casal Terceiro e na Rua Dom José de Salamanca.

Relativamente aos 2,2 milhões de euros para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, conforme consta nas atividades mais relevantes para 2017, serão canalizados para a educação e ação social.

No âmbito do programa "Estudar na Cidade", que visa apoiar todas as famílias do Concelho, independentemente da sua condição socioeconómica, no esforço da educação dos seus filhos, é de salientar que é composto por três grandes rúbricas, uma que já estava presente em orçamentos anteriores (apoio às salas de aula do ensino pré-escolar), outra que surge na sequência da decisão do governo de entregar os manuais escolares aos alunos do 1º ciclo, gratuitamente, e que a Autarquia acompanha com a entrega dos livros de fichas e ainda uma terceira, mais ambiciosa, que consiste na atribuição de um vale de 30€ para material escolar, para alunos do 2º e 3º ciclos do ensino básico a ser descontado nos estabelecimentos do concelho aderentes ao programa. Esta medida foi consensualizada com o CDS/PP na reunião de discussão do orçamento com esta força política.

Para terminar, o Sr. Presidente clarificou que este orçamento, apesar de ambicioso do lado do investimento, vai permitir manter a tendência de redução do endividamento esperando-se que no próximo ano se situe abaixo dos 10 milhões de euros.

- A Vereadora Sra. Isilda Aguincha apresentou a proposta que se encontra no anexo (1.1) à presente ata.

O Exmo. Presidente, referiu que para admitir esta proposta tinha que adiar esta decisão e não iria cumprir o prazo para envio do orçamento. Estas sugestões são sempre recebidas, mas como a proposta não está quantificada, neste momento não têm condições para enquadrá-la no orçamento.

Colocada à votação da aceitação da proposta, obteve o seguinte resultado: 2 votos a favor dos Vereadores Srs. Isilda Aguincha e Luís Grácio e 5 votos contra dos Vereadores Srs. David Ribeiro, Carlos Amaro, Tília Nunes, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Exmo. Presidente;

Votação da não aceitação da proposta, foi obtido o seguinte resultado:

5 votos a contra dos Vereadores Srs. David Ribeiro, Carlos Amaro, Tília Nunes, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Exmo. Presidente e 2 votos a favor dos Vereadores Srs. Isilda Aguincha e Luís Grácio.

Face a estes resultados, foi rejeitada, por maioria a aceitação da proposta apresentada pela Vereadora Sr. Isilda Aguincha.

- O Vereador Sr. Carlos Amaro, fez a seguinte declaração de voto:

«Sr. Presidente, o voto contra apresentado não valoriza o mérito da proposta, mas tem em conta o incumprimento do formalismo legal – trata-se de uma reunião de Câmara extraordinária.»

- Após discussão deste assunto, o Exmo. Presidente colocou à votação o **“Orçamento para o ano de 2017 e as Grandes Opções do Plano para o Período 2017-2020”**, bem como o **“Mapa de Pessoal”** e **“Opção Gestionária”**, que foram **aprovados, por maioria**, com 5 votos a favor dos Vereadores Srs. David Ribeiro, Tília Nunes, Carlos Amaro, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Exmo. Presidente, 1 voto contra da Vereadora Sr.ª Isilda Aguincha e 1 abstenção do Vereador Sr. Luís Grácio.

- Mais deliberou, depois de rubricados estes documentos, remete-los à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Foram presentes as seguintes declarações de voto:

Da Vereadora Sr.ª Isilda Aguincha:

«Gostaríamos de ter visto considerada a proposta apresentada pelo PSD que visa o bem-estar das nossas crianças, dando continuidade ao trabalho de 12 anos do executivo do PSD e que melhoraria o projeto “Estudar na cidade”.

Lamento o argumento do formalismo apresentado pelo Ver Carlos Amaro, uma vez que perante um documento remetido em 48 horas úteis de antecedência dificilmente se poderia estudar o mesmo e apresentar proposta pelo tempo invocado.

Neste Orçamento, voltamos a encontrar dados que já constavam como receita prevista no Orçamento para 2016, no que respeita a Loteamentos e Obras, tendo por base processos existentes em aberto, a saber: Asas Invest, com previsão de receita de 276.065,84 €, e Unimarket – Imobiliária Lda., com previsão de receita de 138.208,02 €, mais de 400.000 €. Registamos que os processos continuam em aberto, mas que as verbas são novamente incluídas no orçamento para equilibrar a proposta apresentada.

Depois, a Esquadra da PSP tem 1 € no mapa das GOP para 2017 e nada para os anos seguintes, o que revela o abandono do projeto de construção da nossa Esquadra.

Para a Biblioteca e Arquivo Municipal há 1 € no mapa das GOP para 2017 e nada para os anos seguintes - mais um projeto abandonado.

O apoio à juventude está orçado em 1.500 €. É pouco. Se as associações não dinamizarem a juventude, este investimento do município fará muito pouco.

E a Escola Camões e Bairros Ferroviários deixaram de ser prioridades.»

Do Vereador Sr. Luís Grácio:

«Para definir o seu posicionamento de voto no que se refere ao orçamento e grandes opções do plano do município para o próximo ano, o Bloco de Esquerda

ponderou os aspetos positivos do documento - que existem - e as lacunas que detetámos - que também são reais.

Começamos por registar o rigor no controlo orçamental que permite manter o nível da dívida em valores aceitáveis, sem limitar drasticamente a capacidade de endividamento.

Quanto às receitas assinalamos a adoção de uma taxa do IMI para prédios urbanos em linha com o que o BE havia proposto no ano passado. Há que prosseguir o abaixamento da taxa, sem abdicar - como tem sido feito - das majorações possíveis para prédios degradados ou abandonados.

Como dissemos oportunamente, não concordamos com o desconto do IMI para famílias numerosas, um pseudo incentivo à natalidade que poderá introduzir injustiça fiscal. A justiça fiscal deve fazer-se através de um IRS progressivo. Lamentamos, a propósito, que o governo e o partido socialista não tenham aceite a proposta do BE, de aumentar o número de escalões do IRS, ajustando a sua progressividade.

Quando á derrama continuamos a não aceitar que a progressividade fique dependente da criação líquida de emprego. A realidade tem demonstrado a sua inocuidade, uma vez que até à data nunca quaisquer empresas apresentaram candidatura para usufruir de tais benefícios. Trata-se, aliás, de um mecanismo não previsto na lei e sem consequências práticas na redução do imposto. Alimenta-se uma ilusão fingindo que se apoiam as pequenas empresas, sem de facto e neste caso, fazer nada por isso.

Consideramos positiva a manutenção de taxas e tarifas, sem subida acima da inflação.

No que se refere aos investimentos, continua a faltar verba para aplicações decididas através de um orçamento participativo. Trata-se de envolver mais cidadãos e cidadãos em decisões de investimento, proporcionando-lhe escolhas financiadas por uma parte (maior ou menor) do Orçamento municipal. É de há muito uma proposta do Bloco de Esquerda, também inserida no programa da atual maioria do PS. Seria expectável que, ao fim de 3 anos de mandato, o PS já tivesse evoluído no sentido de cumprir este compromisso eleitoral.

Manifestamos o nosso agrado por (finalmente) se avançar para a recuperação do Cineteatro S. João. Assim como para a recuperação do Mercado Municipal. São boas opções de investimento.

Num e noutro caso, os projetos estarão acabados ou em fase final. É pena que os restantes partidos não tenham sido convidados a apresentar sugestões ou ideias para estes projetos.

Por parte do BE, gostaríamos de ter discutido as opções e, eventualmente, contribuir com ideias, a tempo de serem incorporadas nos projetos. Agora, praticamente concluídos os projetos, resta-nos vir a aprová-los ou a reprová-los. Dessa forma, é nulo o debate e enriquecimento das propostas, impedindo a melhoria das opções tomadas.

Também aqui, a participação fora do núcleo duro da atual maioria está reduzida à sua expressão mais simples e mais pobre, concordar ou discordar.

Menos suscetíveis de debate afiguram-se-nos os projetos da ciclovía na freguesia de S. João Batista, a melhoria de desempenho energético e a recuperação do Bairro da Rua Humberto Delgado, e a requalificação de espaços verdes, opções de investimento que acompanhamos.

Não queremos deixar de anotar a verdadeira novela em que se tornou a revisão do PDM, com verba orçamentada, como todos aos anos, mas um processo cujo fim se não vislumbra.

Assim como se não vislumbram soluções para o Bairro e para a Escola Camões, sobre os quais vêm existindo conversas sem consequências práticas e sem qualquer tradução orçamental.

A requalificação do bairro Frederico Ulrich continua a ficar pelas intervenções parciais. Registamos que prossegue o défice de habitação social, sem que se faça nada para sequer o minorar. Sendo muito difícil mobilizar o investimento para alargar o parque de habitação social, apresentámos em tempo a proposta de apoio ao arrendamento de habitação, por famílias temporariamente necessitadas. Um mecanismo com dotação financeira compatível com o orçamento e que apoiaria temporariamente famílias em dificuldades, sem a quotização destes casos. Incompreensivelmente, esta nossa proposta continua a não ser acolhida e o problema persiste.

A construção de uma nova Biblioteca continua a ser uma miragem que nem uma verba simbólica merece ter no PPI. E de uma casa da Juventude nem se fala.

O projeto das hortas municipais, que estava em curso no anterior mandato, foi praticamente abandonado sem que se conheçam bem as razões. Vai voltar em versão muito minimalista. Esperamos que seja apenas um recomeço, pois o papel das hortas municipais (com este ou com outro nome) é cada vez mais valorizado, quer a nível nacional quer mesmo internacional, pela sua valia económica, social e até pedagógica. Trata-se de um projeto que terá de ser muito desenvolvido, num futuro próximo.

Compreendemos que as limitações orçamentais e de investimento obriguem a fazer opções. Ainda assim, consideramos que seria possível, já hoje, abrir caminho a outras opções e a um outro estilo de trabalho, mais participado, para além do que de positivo nestes documentos se propõe fazer.

Por tudo o acabamos de expor o nosso voto será de abstenção.»

O Exmo. Presidente, esclareceu que em todos os projetos que este Executivo tem desenvolvido, tem informado esta Câmara e suscitado sempre que, quem tiver disponível e interesse em acompanhar, está disponível e interessado em receber essas participações.

Do Vereador Sr. David Ribeiro:

«A Política Municipal deste executivo é o resultado de escolhas políticas concretas, sendo que, segundo o lema do PS local, a sua gestão é “para as pessoas”. No nosso entender, o problema está mesmo aí. No Projeto Autárquico do PCP e dos Verdes a gestão deve ser efetivamente participada com o envolvimento das populações.

Serviços Versus política de pessoal

A dotação orçamental para 2017 prevê um aumento significativo dessa área que atinge quase o dobro da despesa com pessoal, portanto a externalização de cada vez mais serviços esvazia e confirma as nossas preocupações. Por um lado, temos a confirmação dos resultados negativos do desmantelamento das áreas operacionais e a falta gestonária, para tirar partido dos recursos próprios. Nós sempre o dissemos, que com boas políticas autárquicas, o município faz melhor e mais barato, sem recorrer ao exterior, sobretudo em áreas tradicionais.

A Câmara continua a dotar o Orçamento com verbas para trabalho precário do Centro de Emprego e, por outro lado, é fraca a intenção de reforçar as áreas operacionais.

Escola EB 2/3 Dr. Ruy d'Andrade (recuperação do Pavilhão)

O Município, ao assumir responsabilidades na área da Educação ficou refém das vontades do Poder Central; lamentavelmente a Câmara Municipal do Entroncamento, cedendo em toda a linha, para aquilo que não devia ser responsabilidade do Município, tem de depender, com fundos próprios, para tal, uma vez que a reconstrução do pavilhão será financiado em 85% por fundos comunitários e os restantes 15% serão financiados entre o Município e a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (em partes iguais). Um mau princípio já que implica que a Câmara assuma cada vez mais responsabilidades que não lhe compete sem o devido envelope financeiro.

Empréstimo de Curto Prazo

Concordamos com o empréstimo de curto prazo a contratar no início do ano (500.000€). Este empréstimo está considerado pelo mesmo valor, quer na despesa, quer na receita, ou seja, não influencia o equilíbrio do Orçamento e é para fazer face às necessidades de Tesouraria e à sazonalidade das entradas das receitas.

Redução de 5% no Apoio às Coletividades

Assim que o empréstimo do PAEL foi substituído por empréstimo bancário, esperamos que no âmbito de uma revisão Orçamental não se chegue a cortar 5% no apoio às associações, não faz sentido manter medidas impostas pelo PAEL, quando cessámos os vínculos que nos obrigavam a tais medidas.

Os nossos compromissos passam a ser com a entidade bancária, novo credor.

Jardins, Equipamentos, Limpezas

Continuam válidas as nossas preocupações que vinham do tempo do PSD, com o abandono de espaços verdes, falta de manutenção, iluminação, incapacidade para obrigar a manutenção do património industrial ferroviário, etc.

O P.S. não foi capaz de resolver os problemas do passado, antes os agravou...

Estas áreas estão subdotadas ou nem constam.

Assumindo que este é o Orçamento do P.S. e porque continuaremos a trabalhar para que a nossa cidade e os nossos munícipes venham a ter uma vida melhor na nossa cidade, não baixaremos os braços, propondo o que entendemos ser melhor para o Entroncamento, concordando ou discordando do que entendemos ser negativo ou simplesmente adiado sine dia.

Fazendo fé que o P.S. avaliará e contemplará algumas das nossas propostas e dando o benefício da dúvida, votaremos favoravelmente.»

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 2

11327/16 – EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO – ANO 2017

- Do Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Dr. Hugo Gonçalves, foi presente a seguinte informação referente ao empréstimo de curto prazo para o ano de 2017:

«O regime de crédito dos municípios encontra-se regulamentado nos artigos 49.º a 51.º da Lei n.º 73/2012, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais).

Os artigos em questão referem que os municípios podem contrair empréstimos, incluindo aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por Lei a conceder crédito.

O artigo 51.º em particular, que fala sobre os empréstimos de curto prazo, refere que este tipo de empréstimo é contraído apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados.

O novo regime financeiro das Autarquias Locais não fixa limites de endividamento bancário segmentados em curto e médio e longo prazo, antes fixando, no seu artigo 52.º, um conceito de dívida total, dado pelo conjunto dos passivos a 31 de dezembro de cada ano, tendo por referência 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores. Tendo em conta este conceito será de considerar que os financiamentos de curto prazo não serão relevantes para o stock da dívida no final do ano, dado que, até lá, terão de ser integralmente amortizados, ou seja, tal como referido, destinam-se apenas a gestão de tesouraria.

Para uma gestão de tesouraria eficiente estima-se que o valor adequado seria na ordem dos 500.000 €.

O pagamento do valor do empréstimo ficará garantido com as verbas do IMI a receber nos meses de maio, agosto e dezembro.

O valor do empréstimo destina-se unicamente ao bom cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) evitando que o município fique dependente da sazonalidade das receitas e faça a sua gestão de uma forma uniforme ao longo do ano.

Esta ferramenta permite ao município honrar os seus compromissos perante os fornecedores.

O empréstimo em modalidade de conta corrente será **totalmente amortizado até 31/12/2017** e a sua utilização será feita tendo em conta as exigências mensais.

Tendo em conta o que foi referido na folha anterior propõe-se que a câmara delibere:

Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e respetivas declarações de retificação, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º daquele Regime Jurídico:

1. Autorize a Câmara Municipal a fazer a consulta, a pelo menos 3 intuições financeiras, sobre as condições de um empréstimo de curto prazo em modalidade de conta corrente, até ao montante máximo de 500.000 € de utilização e com prazo máximo de reembolso até 31/12/2017.

2. Autorize a contratação deste financiamento à entidade bancária que apresente as melhores condições para o Município em termos de custo.

Mais se informa que o referido empréstimo encontra-se previsto no Orçamento Municipal de 2017 com uma dotação orçamental na receita e na despesa no valor de 500.000 €, pelo que, a sua aprovação deverá ser feita juntamente com o Orçamento 2017 e GOP'S 2017-2020.

Tendo em conta que a liquidação do empréstimo em causa irá ser efetuado até final do ano, ou seja, é considerado como dívida flutuante, não está sujeito a Visto Prévio do Tribunal de Contas.»

- A Câmara deliberou, por maioria, autorizar fazer a consulta e a contratação do empréstimo, de acordo com a informação.

- 6 votos a favor dos Vereadores Srs. David Ribeiro, Luís Grácio, Carlos Amaro, Tília Nunes, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Exmo. Presidente e 1 voto contra da Vereadora Sr.ª Isilda Aguincha.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 3

6110/15 – PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE AFIXAÇÃO E INSCRIÇÃO DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

- Do Chefe de Divisão de Administração Geral, Dr. Gilberto Martinho, foi presente uma proposta de alteração ao projeto de Regulamento Municipal de Afixação e Inscrição de Publicidade e Ocupação do Espaço Público, bem como a Tabela de Taxas não Urbanísticas.

- A Câmara, deliberou por unanimidade, aprovar e rubricar o projeto de Regulamento Municipal de Afixação e Inscrição de Publicidade e Ocupação do Espaço Público e a Tabela de Taxas não Urbanísticas e enviar à Assembleia Municipal para aprovação.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ANEXOS

Ponto 1 (MGD 11326/16)

Anexo 1.1

Proposta apresentada pela Vereadora Isilda Aguincha:

«Complementando o projeto Estudar na Cidade, cujas iniciativas se dirigem à comunidade educativa, propõe-se:

1. A desafetação da verba de 75.000 € incluída na proposta de orçamento para a estrada Bonito-Atalaia, uma vez que a mesma poderá vir a ser objeto de financiamento na vigência do presente Quadro Comunitário de Apoio.
2. Aquisição de bibes para todas as crianças do pré-escolar.
3. Construção de telheiros nas entradas da Escola António Gedeão e do Jardim de Infância Sofia de Mello Breyner.
4. Instalação de sistemas de ar condicionado na Escola António Gedeão, assim como dos equipamentos em falta no Jardim de Infância Sofia de Mello Breyner.
5. Cobertura do campo de jogos da Escola António Gedeão, à imagem do que foi feito nos restantes estabelecimentos do 1.º ciclo.»

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

- E nada mais havendo a tratar, o Excelentíssimo Presidente, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, foi pela Assistente Técnica, na Secção da Secretaria Geral de Apoio aos Órgãos Autárquicos, elaborada a presente ata, que vai assinar juntamente com o Senhor Presidente.

O Presidente da Câmara Municipal,

Assistente Técnica
